



Text

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete da Deputada Estadual DRA PAULA

REQUERIMENTO SESSÃO ESPECIAL Nº _____ 261 _____ /2025

AUTOR: DEPUTADA DRA.PAULA

EMENTA: Requer ao Deputado Adriano Galdino, Presidentes da Assembleia Legislativa a convocação da realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o propósito de discutir o Projeto de Lei nº 2479/2025 da Câmara Federal, que dispõe sobre o valor mínimo de remuneração para serviços de trabalhadores de plataformas digitais de entregas e moto taxistas, estabelece regras de transparência, cria obrigação de seguro de acidentes e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental que depois de ouvido o plenário, seja feita a convocação da realização AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o propósito de discutir o Projeto de Lei nº 2479/2025 da Câmara Federal, que dispõe sobre o valor mínimo de remuneração para serviços de trabalhadores de plataformas digitais de entregas e moto taxistas, estabelece regras de transparência, cria obrigação de seguro de acidentes.

Sala de sessões, 16 de junho de 2025.


Dra. Paula
Deputada Estadual



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete da Deputada Estadual DRA PAULA

JUSTIFICATIVA

A realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 2479/2025, em tramitação na Câmara dos Deputados, se justifica pela relevância social, econômica e jurídica da matéria, que trata da fixação de valor mínimo de remuneração para trabalhadores de plataformas digitais de entregas e moto taxistas, bem como estabelece regras de transparência, cria a obrigação de contratação de seguro contra acidentes e dá outras providências.

O referido projeto impacta diretamente milhares de trabalhadores em todo o território nacional, que atuam em condições muitas vezes precárias, sem vínculo formal de emprego ou garantias mínimas de proteção social. A proposta legislativa busca estabelecer um marco regulatório mínimo para a atuação dessas categorias, conciliando a flexibilidade característica do trabalho por aplicativo com a necessidade de assegurar condições dignas de trabalho, segurança e previsibilidade de renda.

Além disso, a proposta impõe obrigações às empresas operadoras de plataformas digitais, exigindo maior transparência nos critérios de remuneração, algoritmos de distribuição de demandas e avaliação de desempenho, o que requer uma ampla discussão com todos os setores envolvidos, incluindo: Representantes dos trabalhadores; Empresas de tecnologia e plataformas digitais; Especialistas em Direito do Trabalho e Economia; Representantes do poder público e a Sociedade civil organizada.

A audiência pública permitirá a escuta democrática e plural de diferentes vozes e interesses, viabilizando o aprimoramento da proposta legislativa e contribuindo para uma regulação mais justa e equilibrada do trabalho digital no Brasil. Trata-se de um tema de interesse público, com fortes implicações na formalização do trabalho, na geração de renda e no equilíbrio das relações entre capital e trabalho no contexto das novas tecnologias.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete da Deputada Estadual DRA PAULA

Diante disso, entende-se como necessária e urgente a realização de audiência pública, a fim de promover o diálogo institucional e técnico sobre os impactos e desdobramentos do PL nº 2479/2025 no contexto no Estado da Paraíba e que possam ser provocados os deputados federais paraibanos, devendo estes, se engajar na justa causa das categorias envolvidas.


Dra. Paula
Deputada Estadual